

## Projeto da Defensoria de SP encontra 1,5 mil presas sem advogado



A Defensoria Pública de São Paulo divulgou nessa terça-feira (22/2) balanço parcial do projeto “Mulheres Encarceradas”, que existe há três meses e já atendeu 2.017 das 11 mil presas no estado. Segundo a Defensoria, 75% delas declarou não ter um advogado constituído.

Das 1.515 mulheres que não estavam sendo representadas judicialmente, a Defensoria Pública tomou providências nos processos de 647 delas. As medidas tomadas foram: pedidos de liberdade, transferência, progressão de regime, livramento condicional, indulto, comutação, prescrição, cálculo ou extinção de pena, recursos, unificação de pena, Habeas Corpus e remição de pena.

O projeto contou com o trabalho de 82 defensores públicos que se inscreveram para participar e impetraram 123 Habeas Corpus, 125 pedidos de relaxamento de prisão ou de liberdade provisória, 169 pedidos de progressão de regime, e identificaram 92 casos de prisões irregulares.

Durante esses três meses, o órgão descobriu também três detenções que ainda não tinham sido regularmente comunicadas ao Judiciário. Os processos dessas mulheres estavam arquivados há um ou dois anos sem qualquer andamento, já que, apesar de a polícia ter cumprido as ordens judiciais de prisões e as acusadas terem sido presas, isso não foi informado aos juízes responsáveis.

Para o 1º Subdefensor Público Geral, Davi Eduardo Depiné, um dos coordenadores do projeto, “o balanço inicial é significativo. Mais do que o simples atendimento, o projeto tem demonstrado a importância de um olhar próximo à realidade prisional do Estado, não apenas para garantir o adequado acompanhamento processual, mas principalmente para assegurar o devido acesso à informação e à defesa de qualidade”.

A meta do projeto “Mulheres Encarceradas” é que os defensores visitem ao menos duas vezes as mulheres atendidas: a primeira para apresentar o projeto, fazer contato e conhecer a situação prisional de cada uma, para na segunda visita explicar o que foi feito no seu processo.

O projeto está dividido em duas etapas. Nos primeiros seis meses, 37 estabelecimentos prisionais femininos serão visitados. Nos outros seis meses serão visitados os 49 presídios restantes. Todas as unidades da Defensoria Pública de São Paulo estão envolvidas e haverá pelo menos dois defensores de



cada uma participando do projeto. *Com informações da Assessoria de Imprensa da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.*

**Date Created**

24/02/2011